



Processo nº: 27.367/2015-A (1 volume)

Apensos nºs: 040.001.654/2015 (4 volumes) e 040.001.326/2015 (1 volume)

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos)

Assunto: Tomada de Contas Anual – TCA

Parecer: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque

Valor Envolvido: R\$ 21.891.371.295,04 (montante em exame¹)

Ementa: **Tomada de Contas Anual – TCA.** Secretaria de Estado de Fazenda do DF – SEF/DF. Exercício financeiro de 2014. Decisão nº 1.235/2018: audiência dos responsáveis. **Nesta fase:** exame das razões de justificativa e julgamento das contas. **Corpo Técnico:** propõe considerar suficientes as razões de justificativa apresentadas para afastar parte das questões debatidas, julgar regulares as contas de uns e regulares com ressalvas de outros, e posterior arquivamento dos autos. **Ministério Público converge parcialmente:** diverge em relação à repercussão de alguns subitens como ressalvas às contas dos responsáveis. **Voto em harmonia com os pareceres, com ajustes em relação à repercussão como ressalvas de alguns subitens:** considere parcialmente procedentes as razões de justificativas apresentadas, julgue regulares as contas de uns, regulares com ressalvas as contas de outros, e autorize o arquivamento dos autos.

¹ Valor total do Ativo/Passivo registrado no Balanço Patrimonial do exercício em referência, fl. 263 do apenso - Processo nº 040.001.654/2015.



RELATÓRIO

Tratam os autos de Tomada de Contas Anual – TCA dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos), referente ao exercício financeiro de 2014.

No período ao qual se referem estas contas anuais, os responsáveis pela jurisdicionada foram:

ORDENADORES DE DESPESAS E DEMAIS RESPONSÁVEIS

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Adonias dos Reis Santiago	Secretário de Estado	01/01 a 31/12/14
Eunice de Oliveira Ferreira Santos	Subsecretária de Administração Geral	01/01 a 03/04/14
Willian Moura Dias	Subsecretário de Administração Geral	04/04 a 31/12/14
Rejane Parente Lucas	Subsecretária de Administração Geral/Substituta	28/06 a 05/07/14
Paulo Santos de Carvalho	Subsecretário do Tesouro	01/01 a 23/06/14
Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti	Subsecretária do Tesouro	24/06 a 14/08/14
Adão Nunes da Silva	Subsecretário do Tesouro/Substituto	23/01 a 06/02/14 06/10 a 20/10/14
Francisco das Chagas Silva	Subsecretário do Tesouro	15/08 a 31/12/14

Fonte: Demonstrativos de fls. 5/6 e 26/42 do apenso – Processo nº 040.001.654/2015.

AGENTES DE MATERIAL

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Rufino José Batista	Chefe do Núcleo de Almoxarifado	01/01 a 31/12/14
Jaqueline Stefany Chaves Rezende	Chefe do Núcleo de Almoxarifado/Substituta	22/09 a 21/10/14

Fonte: Demonstrativos de fls. 6/7 e 43/46 do apenso - Processo nº 040.001.654/2015.

RESPONSÁVEL POR BENS APREENDIDOS

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
José Roberto Leitão e Silva Júnior	Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos	01/01 a 31/12/14
Adriano Amaro Oliveira	Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/Substituto	07/07 a 26/07/14



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

e-DOC 71262A4F

Proc 27367/2015

Fls.: 248

Proc.: 27.367/15

Alexandre
Rubrica

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Klemer Bezerra da Costa	Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/ Substituto	06/01 a 15/01/14

Fonte: Demonstrativos de fls. 5 e 14/19 do apenso – Processo nº 040.001.326/2015.

Na Sessão Ordinária nº 5.024, de 20 de março de 2018, o Tribunal proferiu a Decisão nº 1.235/2018 (fl. 66), nos seguintes termos:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da tomada de contas anual dos ordenadores de despesa e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos), relativa ao exercício financeiro de 2014, objeto dos Processos apensos nºs 040.001.654/2015 e 040.001.326/2015; b) da Informação nº 68/2017 – SECONT/1ª DICONTE (fls. 22/35); c) do Parecer nº 873/2017-DA (fls. 36/42); II – considerar regularmente encerradas as seguintes TCEs com valor abaixo de alçada: a) objeto do Processo nº 040.003.893/2008, diante da cobrança judicial dos valores; b) em sede do Processo nº 040.004.398/2010, ante absorção de prejuízo pelo erário, decorrente de caso fortuito; c) no âmbito do Processo nº 480.000.546/2011, diante da ausência de prejuízo, com fulcro no art. 13, inciso III, da Resolução nº 102/1998 – TCDF; III – com fulcro no art. 13, inciso III, da Lei Complementar nº 1/1994, **determinar a audiência dos responsáveis, nomeados no parágrafo 42 do parecer ministerial, para que, no prazo de 30 dias, apresentem suas razões de justificativa**, ante a possibilidade do julgamento irregular de suas contas, nos termos do art. 17, item III, alíneas “b” e “c”, e aplicação da multa prevista no art. 20, todos da Lei indicada, **quanto às impropriedades contidas nos subitens 2.1 – “Pagamento de curso de fiscais e gestores de contratos administrativos que é oferecido gratuitamente pela Escola de Governo do GDF”, 3.1 – “Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades”, 3.2 – “Realização de despesas sem a formalização de termo contratual”, 3.4 – “Ausência de atestos de recebimento nas notas fiscais” e 3.5 – “Impropriedades na instrução do processo que trata da obtenção de financiamento junto à Caixa Econômica Federal”, do Relatório de Auditoria nº 66/2016 – DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do apenso - Processo nº 040.001.654/2015); IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências pertinentes.***



O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 15/2019 – 1ª DICONT* (fls. 207/236), procedeu à análise das razões de justificativas apresentadas em face da decisão supra. São suas palavras:

“(…)

3. *As comunicações decorrentes da deliberação supra foram efetivadas por meio dos documentos de fls. 68/70.*

4. *A senhora Eunice de Oliveira Ferreira Santos apresentou as razões de justificativa de fls. 79/88.*

5. *Por sua vez, o senhor Willian Moura Dias traz à colação, às fls. 89/97, as justificativas quanto aos fatos que lhe são atribuídos no decisum supratranscrito.*

6. *Por fim, às fls. 105/114 e anexos de fls. 115/206, veem-se as justificativas formuladas pelo senhor Adonias dos Reis Santiago.*

7. *Procede-se, nesta fase, à análise das manifestações referidas.*

II – FALHAS IDENTIFICADAS, RAZÕES DE JUSTIFICATIVA E ANÁLISE

8. *Consoante expressamente estabelecido na Decisão n.º 1235/2018, os interessados foram chamados a justificar as questões retratadas nos subitens 2.1 – “Pagamento de curso de fiscais e gestores de contratos administrativos que é oferecido gratuitamente pela Escola de Governo do GDF”, 3.1 – “Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades”, 3.2 – “Realização de despesas sem a formalização de termo contratual”, 3.4 – “Ausência de atestos de recebimento nas notas fiscais” e 3.5 – “Impropriedades na instrução do processo que trata da obtenção de financiamento junto à Caixa Econômica Federal”, todos do Relatório de Auditoria n.º 66/2016 – DIGOV/COAPG/ SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do apenso - Processo nº 040.001.654/2015).*

II.1 – subitem 2.1 – Pagamento de curso de fiscais e gestores de contratos administrativos que é oferecido gratuitamente pela Escola de Governo do GDF. (fl. 874*)

II.1.a – Alegações de defesa

II.1.a.1.1 – senhora Eunice de Oliveira Ferreira Santos (fls. 81/82)

* Indicação com asterisco (*) corresponde às folhas do Processo nº 040.001.654/2015.



9. *Justificativas, fls. 81/82:*

"(...)

5.1. Refere-se o quesito à constatação do fato de que se contratou a empresa Marcos Messumieci Portal Treinamentos pelo valor de R\$139.260,00 (cento e trinta e nove mil, duzentos e sessenta reais) para ministrar treinamento e capacitação de servidores na área de gestão e fiscalização de contratos administrativos, quando se sabe que tal programa é oferecido gratuitamente pela Escola de Governo (Egov) do Distrito Federal, "conforme item 53 do anexo único da Portaria 07, de 13/01/2014, tendo, inclusive, carga horária semelhante ao curso contratado."

5.2. De fato a Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal editou a Portaria nº 07, de 13 de janeiro de 2014, que "Aprova a Programação de Eventos de Formação e Capacitação da Escola de Governo (Egov) para o Biênio 2014-2015 e disciplina os procedimentos administrativos para sua realização", nos exatos termos do enunciado em sua ementa. Também é fato que no anexo único da Portaria consta o evento de nº 53. Gestão e Fiscalização de Contratos.

5.3. Entretanto, sabe-se também que a programação aprovada pela Portaria nº 07/2014 é nada mais nada menos do que justamente isso, uma programação, um propósito, uma intenção, que "poderá ser alterada a qualquer momento, considerando as necessidades de ajustamento ao interesse da gestão..." conforme assim expressamente disposto no art. 5º da referida Portaria.

*5.4. Dessa forma, embora tenha sido formalmente estabelecida a programação de eventos de formação e capacitação da Escola de Governo para o biênio 2014-2015, certo é que não havia um cronograma definido para a oferta dos cursos, e, particularmente, que atendesse às especificidades próprias de cada área da Administração distrital. Em outras palavras, **nenhum curso de capacitação de servidores na área Gestão e Fiscalização de Contratos foi oferecido pela Egov no exercício de 2014, quando se deu o evento da Secretaria de Fazenda, ora questionado.***



5.5. Continuando, no Relatório de Auditoria n° 66/2016 é apontado que, conforme lista disponibilizada no site da Egov, o curso "Gestão e Fiscalização de Contratos" foi programado para ser realizado, em 03 (três) turmas, no mês de **maio de 2015**, com carga horária de 20 horas, enquanto a contratação realizada pela Secretaria de Fazenda se deu em fevereiro de 2014 (um ano e quatro meses antes), como dito no parágrafo anterior.

5.6. Outro aspecto relevante refere-se à carga horária similar apresentada por ambas as instituições. Neste caso, quando se procede por este tipo de comparação, não pode deixar de ser considerado, adicionalmente, também o conteúdo ofertado para cada curso. Embora a finalidade de ambos os programas fosse o mesmo, aquele contratado pela Secretaria de Estado de Fazenda contou com conteúdos mais amplos e aprofundados, cujos programas já foram apresentados em outra oportunidade a esse Eg. Tribunal, contemplando dezenas de servidores simultaneamente.

5.7. Finalmente, há também de se mencionar a publicação da Portaria n° 161, de 30 de julho de 2013, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, que estabeleceu o seu Plano de Capacitação e Educação Continuada, antecedendo mesmo a providência de igual índole adotada pela Egov."

II.1.a.1.2 – Análise

10. *Prima facie*, entende-se que o questionamento patrocinado pelo Controle Interno na matéria retratada no subitem em tela resvala o âmbito da avaliação de conveniência e oportunidade na prática do ato administrativo. Questão de real importância, no caso, atinente à adequação dos preços àqueles praticados no mercado do serviço público², sequer foi objeto de análise pela Auditoria.

11. Embora já se conclua pela insubsistência da impropriedade indicada no subitem em análise, reforça essa convicção o fato de a Escola de Governo do GDF - EGOV,

² A referência aqui, a mercado especificamente delimitado ao atendimento das demandas do poder público destina-se à distinção deste do mercado privado, haja vista o entendimento de que os parâmetros de formação de preços em um e outro mercado são significativamente distintos e, portanto, impréstáveis para cotejamentos de preços entre si.



durante o exercício financeiro albergado na TCA de 2014, não haver patrocinado curso similar àquele outrora contratado pela Secretaria de Estado de Fazenda e aqui discutido.

12. *Conclui-se que as justificativas são procedentes, portanto.*

II.1.a.2.1 – Senhor Willian Moura Dias (fls. 91/92)

13. *O interessado, às fls. 91/92, embora empregue redação ligeiramente distinta, apresenta argumentos idênticos àqueles apresentados pela senhora Eunice, detalhados nos parágrafos anteriores.*

II.1.a.2.2 – Análise

14. *Replica-se, no ponto, a conclusão externada nos §§ 11 e 12, anteriores.*

II.1.a.3.1 – Senhor Adonias dos Reis Santiago. (fls. 107/111)

15. *No que toca ao mérito do subitem em avaliação, o interessado, fls. 107/111, informa que, em face dos apontamentos contidos no subitem em tela, foi instaurado procedimento de correição no âmbito do Órgão jurisdicionado, no qual se concluiu pela inexistência de irregularidades.*

16. *No bojo das transcrições contidas nas justificativas do interessado, importa destacar duas informações que reforçam as conclusões alcançadas nesta peça informativa: i) reforma nas instalações da EGOV em 2014; ii) discrepância entre o número de vagas oferecidas pela EGOV – máximo de 3 por secretaria – e a demanda da SEF – 79 vagas.*

II.1.a.3.2 – Análise

17. *Os pontos acrescidos pelo interessado e listados no parágrafo anterior reforçam as conclusões já alcançadas nesta peça informativa quanto à insubsistência da falha objeto do subitem em tela.*

18. *Dessarte, entende-se que o ponto em evidência não deva impactar o julgamento das contas do interessado.*

II.2 – subitem 3.1 – Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades. (fls. 876*-v/877*)

19. *O subitem refere-se à mesma contratação discutida no subitem 2.1, anteriormente analisado.*

II.2.a – Alegações de defesa



II.2.a.1.1– senhora Eunice de Oliveira Ferreira Santos (fls. 82/83)

20. A postulante informa, fls 82/83:

“(…)

5.8. Neste quesito, o questionamento suscitado refere-se a não observância das formalidades necessárias para a contratação de serviços por inexigibilidade de licitação, daí inferindo-se que não teriam sido atendidos os requisitos legais requeridos para a sua concretização.

5.9. Não se pode esquecer que, no caso específico em comento, não houve a contratação específica de nenhuma empresa especializada para a ministração de determinado curso ou programa de formação, in company, como preferem alguns, ou em pacote fechado, como dizem outros.

5.10. Aqui o que aconteceu efetivamente foi uma decisão no sentido de inscrever determinado número de servidores fazendários em um curso **em aberto**, então disponível no mercado de capacitação e formação de pessoal, segundo as regras, critérios e condições estabelecidas pela empresa promotora do evento, às quais o interessado, não importa se público ou particular, após conhecer o programa oferecido e as regras adotadas pelo promotor do evento, inclusive o preço, decide se adere ou não ao que está sendo oferecido.

5.11. Neste caso específico, por se tratar de contratação de empresa especializada para oferta de curso de treinamento e capacitação de servidores na área de gestão e fiscalização de contratos administrativos, na modalidade de curso em aberto, a regra a ser adotada era a do Parecer nº 0726/2008- PROCAD/PGDF, que estabeleceu, entre outros, os procedimentos para contratação direta, por dispensa de licitação, em virtude do valor, e por inexigibilidade de licitação, para fornecimento de periódicos e de revistas, e para a inscrição de servidores em curso aberto para aperfeiçoamento de pessoal.

5.12. Cabe esclarecer que, embora tenham sido capacitados 79 (setenta e nove) servidores simultaneamente, a formação contratada não foi realizada em turma exclusiva, considerando que qualquer pessoa/servidor poderia participar do



respectivo curso, cujo conteúdo era formulado de forma padrão pela empresa promotora do evento desejado. Isso, entre outras vantagens, permitia aos agentes fazendários organizar seus afazeres de forma conciliada com a capacitação a que iria se submeter, sem maiores tropeços. ”

II.2.a.1.2 – Análise

21. *Como se observa da inteligência do trecho supratranscrito, a interessada não logra refutar a falha formal em evidência no subitem analisado. Contudo, como se detalhará na análise das justificativas apresentadas pelo senhor Adonias, as supostas falhas formais não subsistem.*

II.2.a.2.1 – Senhor Willian Moura Dias (fls. 92/93)

22. *O interessado, às fls. 92/93, repete os mesmos argumentos formulados pela senhora Eunice, tratados no tópico anterior, com meras adaptações redacionais.*

II.2.a.2.2 – Análise

23. *Replica-se, no ponto, a conclusão entalhada no § 21, anterior.*

II.2.a.3.1 – Senhor Adonias dos Reis Santiago. (fl. 111)

24. *O interessado, fl. 111, no que toca ao mérito do subitem em avaliação e de outros, faz remissão ao pronunciamento dos setores competentes pela prática dos atos dentro da estrutura orgânica da Pasta.*

II.2.a.3.2 – Análise

25. *Como ressaltado, o justificante, quanto ao subitem em tela, faz referência a justificativas produzidas pelos setores da SEF competentes pela prática dos atos administrativos debatidos na TCA.*

26. *Compulsando-se o anexo às justificativas apresentadas, especificamente as alegações vistas às fls. 133/139, podem-se colher as seguintes considerações:*

“(…)

Em relação aos fatos apontados: (...) não constam nos autos:

a) Pronunciamento da Procuradoria Geral Distrito Federal, nos termos do Parecer 0726/2008PROCAD/PGDF, tendo em vista ser um curso fechado para 79 (setenta e nove) servidores da SEF/DF, conforme 355 dos autos;



Esclarecemos que o parecer da PROCAD obriga os órgãos públicos em geral a submeterem à consideração daquela Procuradoria a contratação direta de cursos fechados e não de cursos abertos desde que seguidos os trâmites legais e a observância da lei. O que ocorreu de fato, nesse caso, foi a contratação de vagas em turma aberta conforme se verifica em farta instrução do processo. A proposta comercial às fls. 14 especifica que a turma será aberta. No projeto básico às fls. 23, também se fala na adesão à turma aberta. Na listagem de cursos disponibilizados pela empresa MMP Cursos às fls. 11, há a indicação de que o curso disponibilizado era para turma aberta. A ratificação de inexigibilidade de licitação constante das fls. 355 dos autos, refere-se à participação de servidores em curso aberto, conforme apontado no tópico 'Assunto'. Em momento algum os autos foram instruídos solicitando a exclusividade de urna turma fechada. Por se tratar de turma aberta, a contratação em tela não foi submetida à consideração da procuradoria, nos termos do Parecer 726/2008 da PROCAD/PGDF.

***Cursos abertos** são aqueles disponibilizados ao público em geral, sendo fixados e programados exclusivamente pelo seu realizador. São, portanto, acessíveis a quaisquer interessados, que, animados pela proposta do curso, se matricularão. Nesse tipo de capacitação, a instituição de ensino ou entidade promotora do evento é quem fixa todas as regras da contratação, como os dias em que o curso será ministrado, sua duração, seu conteúdo programático, a metodologia de ensino, os professores ou conferencistas e outros.*

*Já os **cursos fechados** são aqueles destinados a um grupo certo de indivíduos, sendo elaborados de acordo com as regras prescritas pelos próprios interessados na capacitação. Assim, o conteúdo programático, a abordagem dos temas, a metodologia de ensino, o local, os dias e horários, enfim, todas as regras que nortearão a realização do curso são previamente fixadas pelo contratante do serviço, de acordo com a suas necessidades específicas. Tais cursos não são disponibilizados a qualquer interessado, mas são fechados aos indivíduos integrantes do órgão público que contrata e paga pelo serviço.*



Feita a distinção entre as duas espécies de curso de capacitação (aberto e fechado) e tendo verificado que a SEF/DF apenas aderiu à proposta de cursos formulada pela prestadora de serviços, sem em momento algum interferir no como, quando e de que forma o serviço seria prestado, passa-se a analisar quando um curso de capacitação aberto pode ser considerado como um 'serviço singular', para efeito de aplicação do artigo 25, II, da Lei nº 8.666/93 e contratação por inexigibilidade de licitação.

'Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(....)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;'

'Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(....)

VI — treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;'

Tais condições legais para a contratação direta foram praticamente reproduzidas pela Súmula nº 252 do Tribunal de Contas da União (TCU):

'A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.'

O Parecer Normativo nº 0726/2008-PROCAD/PGDF, assim dispõe:

'79. A norma autorizadora da contratação direta para a participação de servidores em curso aberto é o art. 25, inciso II, combinado com o § 1º, da Lei nº 8.666/1993, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos que preencham três requisitos:

a) estejam relacionados no art. 13 da mesma Lei;



- b) tenham natureza singular;
- c) sejam prestados por profissionais ou empresas de notória especialização.

80. Referida norma dispõe:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver Inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a Inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato'

Mais adiante, a PROCAD ainda expressa:

'89. Além das exigências descritas no inciso do art. 25 do Estatuto Licitatório, necessário o cumprimento dos requisitos do art. 26 da mesma lei e outras disposições de Lei nº 3.666/93, que, mesmo podendo parecerem redundante, para facilitar entendimento do administrador, relaciona-se:

- a) indicação perfeita do objeto a ser contratado pela Administração (art. 14);
- b) demonstração de que as matérias ministradas no curso têm pertinência temática com as atividades desenvolvidas pelos servidores que o frequentarão;
- e) aprovação do Projeto Básico pela autoridade competente (art. 7º);
- d) confirmação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à despesa estimada (art. 7º, § 2º, inciso III), que deverão estar em conformidade com o orçamento estimado em planilhas (art. 40, §2º, inciso II);



e) autorização da autoridade competente para a realização da despesa por inexigibilidade (art. 38, caput);

f) juntada aos autos o termo do contrato a ser Firmado (art. 38, inciso X); comprovação de que o preço é compatível com o praticado no mercado (art.26);

h) justificativa da contratação por inexigibilidade, que deve comprovar a notória especialização do contratado e a singularidade do serviço (art. 26);

i) razões da escolha do contratado (art. 26);

j) despacho da autoridade superior ratificando a inexigibilidade (art. 26);

k) escolha de executor do contrato por parte da Administração;

l) obrigatoriedade de a Administração fiscalizar a execução do objeto do contrato;

m) previsão de que são aplicáveis ao contrato as normas exorbitantes do Direito Administrativo.

90. Deve-se ter ciência, ainda, que o presente parecer não se aplica à contratação de curso fechado. Neste caso, os autos deverão ser encaminhados à Procuradoria-Geral do distrito Federal para análise de cada caso individualmente.'

Considerando que a contratação observou a legislação em vigor, cotejados nas exigências elencadas, nas alíneas constantes do tópico 89 transcrito do parecer PROCAD 726 com a documentação registrada nos autos. Desse modo, o objeto a ser contratado foi identificado, fls. 23; havia aderência temática do curso com as atividades exercidas pelo público alvo (executores de contrato e suplentes), fls. 23; o projeto foi autorizado por autoridade competente, fls. 27; a despesa foi autorizada por agente competente, fls. 354; o preço era compatível com o mercado, fls. 24; foram apresentadas a justificativa para a contratação por inexigibilidade e a razão para a escolha do contratado, fls. 23; foi anexado aos autos despacho de autoridade competente ratificando a inexigibilidade, fls. 355; foram designados executor do contrato e suplente conforme publicação às fls. 366; e, -por fim, a



obrigatoriedade e previsões consignadas nas alíneas 'l' e 'm', estão descritas às páginas 25 a 27 do projeto básico.

Com relação ao segundo fato apontado:

'b) justificativas sobre a elaboração e aprovação do projeto básico em 21/02/2014 17s. 23 a 27 dos autos, posterior a apresentação da proposta comercial pela empresa IIIMP Cursos, datada de 19/0W-014, 17s. 13 a 19 do processo.'

O que se depreende da análise dos autos é que havia uma minuta de Projeto Básico, datado do dia 19/02/2014, fls. 02/10, que deve ter sido encaminhado aos proponentes para apresentação de orçamentos, e que, posteriormente, esse mesmo Projeto foi formalizado com data do dia 21/02/2014, inclusive, apresentando melhor formulação da justificativa para contratação e mapa comparativo de preços, o que não existia na versão de fls. 02 a 10. Desse modo, não se pode alegar que esse projeto básico já não estivesse idealizado e com seu objeto e obrigações devidamente especificados quando da solicitação e coleta das propostas. Assim, a minuta do projeto se prestava a pesquisar e encontrar; no mercado instituição que atendesse as necessidades da Secretaria com celeridade, qualidade, que observasse o conteúdo desejado e que praticasse preços compatíveis com o mercado. Mesmo na adesão a turmas abertas, esses requisitos são verificados.

'c) Critérios para avaliar a disponibilidade de tempo e interesse dos servidores para se inscreverem e frequentarem o curso, tendo em vista que 06 (seis) servidores dos 84 (oitenta e quatro) não compareceram ao curso, conforme fls. 523 a 534, dos autos, nas quais foram solicitadas justificativas por não terem participado do evento (tais inscrições não foram pagas);

Sobre o terceiro fato apontado, esclarece-se que entre a contratação e a realização do evento de capacitação decorreram menos de trinta dias sendo feita uma convocação geral por email, fls. 78, para que todos os executores de contrato e suplentes participassem do curso e preenchessem a documentação necessária para a instrução dos autos. Como em toda convocação realizada em



caráter de urgência, imprevistos podem ocorrer e por essa razão algumas pessoas não tiveram frequência ao evento por motivos devidamente justificados. Portanto, percebe-se claramente a urgência e angústia da Diretoria de Contratos, em sua justificativa, quando expõe sobre problemas de execução dos contratos enfrentados em anos anteriores e no propósito de mitigar esse problema por intermédio da oferta de capacitação, justamente na tentativa de evitar as questões apresentadas pela auditoria no item 2.2. No entanto, como bem apontado pela auditoria, não foram pagas as inscrições de quem não participou do curso.

‘d) Termo circunstanciado assinado pelas partes, conforme determina o art. 73 da Lei n° 8.666/1993, ou seja, o recebimento dos serviços;’

Sobre a falta de apresentação de termo circunstanciado para o recebimento dos serviços constante do quarto apontamento, muito embora não conste dos autos o referido termo circunstanciado, a nota fiscal fls. 466 foi devidamente atestada, foram realizadas duas avaliações de reação para o curso. A primeira empregando-se a metodologia da empresa promotora do evento, páginas 471 a 472, cuja tabulação de dados consignada às fls. 473/474, alcançaram conceitos variando entre o ‘muito bom’ e o ‘excelente’. Às fls. 475. a 478 constam, por exemplificação, e empregando a metodologia da SEF/DF, cópia de uma das avaliações de reação e relatório de participação em eventos. Esses documentos podem não cumprir as formalidades do Termo Circunstanciado, entretanto, retratam a execução e a avaliação do evento.

‘e) Numeração das fls. 492 e 500, ou seja, 07 páginas do processo, inclusive uma sem a assinatura do emitente ‘Gerente da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas/DIGENSUAG/SEF, datado de 23/03/2014;’

Sobre a falta de assinatura constante do quinto apontamento, não consta a assinatura da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas - GEDEP as fls. 499, não numerada, corno também não constam sua assinatura nas fls. 246; 248; 334; 505;



506 e 508, pelo fato de se tratarem de cópias de e-mail anexados aos autos, enviados por meio da conta eletrônica da GEDEP em nome de sua gerente, não se tratando de cópia ou original de documento físico endereçado a alguém.

‘f) Indicação do preposto aceito pela Administração, conforme determina o item 6.7 do Projeto Básico e Art. 68 da Lei nº 8.666/1993.’

Sobre a ausência de indicação de preposto constante do sexto apontamento, consta por parte da SEF/DF, que o executor do contrato bem como seu suplente foram devidamente nomeados conforme publicação constante do DODF nº 57, de 20/03/2014, página 48, anexado às fls. 366 dos autos. A figura do preposto pode não ter observado a formalidade necessária, porém existiu, posto que o executor do contrato se relacionou o tempo todo com o representante legal da empresa – Senhor Marcos Mussumeci Portal, fls. 467, para ultimar os procedimentos de modo que os servidores da SEF pudessem participar do treinamento.

Contudo, foi orientado aos setores competentes a observar e atender as normas de licitação, Lei nº 8.666/1993, cumprindo o que foi aprovado no projeto básico e firmando no contrato de prestação de serviços, bem como doravante, encaminhar para pronunciamento da Procuradoria Geral do Distrito Federal, nos termos do Parecer nº 0726/2008-PROCAD/PGDF.”

27. Diante das considerações alinhavadas no trecho supratranscrito, forçoso é reconhecer que não subsistem as falhas formais indicadas pelo Controle Interno.

28. Dessarte, conclui-se que o ponto em evidência não deva impactar o julgamento das contas do interessado, entendimento esse que deve ser estendido aos demais responsáveis arrolados nos presentes autos.

II.3 – subitem 3.2 – Realização de despesas sem a formalização de termo contratual (fl. 877*)

II.3.a – Alegações de defesa

II.3.a.1.1– senhora Eunice de Oliveira Ferreira Santos (fls. 83/84)

29. Especificamente quanto ao ponto em evidência, a interessada assevera, fls. 83/84:



“(...)

5.13. Ainda na seara do indigitado curso de capacitação na área de gestão e fiscalização de contratos, aqui foi dito que embora tenham sido atendidos todos os requisitos legais para a contratação e execução dos serviços, bem como para o respectivo desembolso financeiro, constatou-se que não se encontrava nos autos o termo contratual correspondente ao respectivo serviço.

5.14. Sobre isso, volta-se a dizer que não houve, de fato, a contratação de uma empresa para a realização de determinado evento de interesse da Administração, mas sim a inscrição de determinado número de servidores em curso concebido de acordo com metodologia, preço e regras próprias, ao qual o interessado adere se conciliados os respectivos interesses.

5.15. É o que no mundo do Direito se denomina de contrato de adesão, que se aperfeiçoa justamente com a inscrição e o pagamento do preço por parte do interessado e se resolve com a efetiva oferta do serviço objeto da prestação. Ao caso se aplica a regra insculpida no art. 62 da Lei nº 8666, de 1993, que abaixo se transcreve:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como cartacontrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.** (destacou-se)

5.16. Trata-se, pois, de um caso típico de substituição do instrumento formal do contrato por outros tais como o contrato de adesão, que hoje se junta aos exemplificativamente listados pelo legislador no bojo do art. 62 da Lei 8666, de 1993.”

II.3.a.1.2 – Análise

30. A questão central em foco é a não formalização de contrato.

31. Conforme salientou a justificante no trecho suso transcrito, cuida-se do mesmo assunto abordado no subitem 3.1, antes analisado, qual seja, a realização de cursos de capacitação para servidores da SEF.

32. A legislação de regência, art. 62 da Lei de Licitações, estabelece a **obrigatoriedade** de formalização do termo de contrato nas aquisições que decorram de procedimentos nas modalidades concorrências ou tomada de



preços, bem como, nas dispensas e inexigibilidades, os ajustes cujos valores alcancem os limites fixados para aquelas modalidades.

33. *Uma vez que os cursos mencionados custaram R\$ 139.260,00 (fl. 877-v*), conclui-se que a contratação se deu na faixa de preços reservada para a modalidade licitatória de tomada de preços, o que, no sentido estrito da norma, demandaria a formalização do respectivo termo de contrato³.*

34. *Dentro do contexto abrangente em que deve ser avaliada a gestão, tendo em conta a ausência de informações acerca de eventuais prejuízos advindos da omissão em baila, conclui-se pela aposição de ressalva às contas em apreço, quanto à falha formal identificada.*

II.3.a.2.1 – Senhor Willian Moura Dias (fls. 93/94)

35. *No ponto em comento, o justificante, fls. 93/94, mantém a postura de apresentar argumentos idênticos àqueles apresentados pela senhora Eunice.*

II.3.a.2.2 – Análise

36. *Dada a identidade argumentativa observada nos esclarecimentos prestados pelo interessado com aqueles patrocinados pela senhora Eunice, a lógica exige que aqui se repliquem as mesmas conclusões estampadas no § 34, anterior.*

II.3.a.3.1 – Senhor Adonias dos Reis Santiago. (fls. 139/140)

37. *Como já mencionado, o senhor Adonias, ao viso de justificar os pontos levados a audiência, optou por colacionar o posicionamento dos setores técnicos que, na SEF, cuidaram da pratica dos autos discutidos nos autos.*

38. *No ponto, fls. 139/140, foi mencionado:*

“(…)

Em apertada síntese, consta que por meio do processo 040.000.888/2014 que houve a contratação da empresa Marcos Mussameci Portal Treinamentos para ministrar o Curso de Formação de Fiscais e Gestores de Contratos Administrativos — Execução Contratual na Prática, no período de 19 a 21/03/2014.

³ Entende-se desnecessário aprofundar no tema. Nada obstante, registre-se que não escapa à presente abordagem a existência da norma do § 4.º do art. 62 da LL, tampouco seu alcance, pois ao veicular exceções à regra geral que obriga à formalização do termo de contrato, não poderia albergar o caso concreto, conquanto o legislador, expressamente, referiu-se a “compra” e “bens adquiridos”, produtos, portanto.



Em que pese haver sido empenhada a devida despesa, bem como, constar a informação de que o curso efetivamente foi realizado e ainda constar o devido pagamento, contudo, não consta nos autos a formalização do Contrato propriamente dito.

A recomendação dos auditores é que se deve 'firmar obrigatoriamente o instrumento de contrato nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação'.

Sendo competência desta Diretoria a formalização dos contratos no âmbito desta SEF/DF, serão tomadas as devidas providências e diligências a fim de não ocorrer mais a impropriedade apontada. ”

II.3.a.3.2 – Análise

39. *A Unidade técnico-administrativa da SEF, no trecho supratranscrito, reconhece a falha, consistente na ausência de formalização do termo de contrato, tanto que já assume que medidas preventivas seriam implementadas para evitar ocorrências similares.*

40. *Nesse sentido, entende-se que seja de todo aplicável, também ao senhor Adonias, as conclusões e encaminhamentos defendidos no § 34 desta peça informativa.*

II.4 – subitem 3.4 – Ausência de atestos de recebimento nas notas fiscais (fl. 878*)

II.4.a – Alegações de defesa

II.4.a.1.1– senhora Eunice de Oliveira Ferreira Santos (fls. 84/86)

41. *Às fls. 84/86, a interessada estrutura as seguintes considerações:*

“(…)

5.17. Por força da Lei nº 5.339, de 07 de maio de 2014, abaixo transcrita, o Governo do Distrito Federal foi autorizado a promover o aumento do capital da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), a ser financiado com recursos financeiros captados junto a bancos oficiais de fomento internacionais.

5.18. Nessa operação a Secretaria de Estado de Fazenda atuou como simples intermediário como tomador do empréstimo e o seu destinatário final,



no caso a Caesb. Como a liberação do empréstimo não se fazia de uma só vez, a cada medição das obras e serviços a Caesb encaminhava à Secretaria de Fazenda cópia da nota fiscal relativa ao faturamento, para fins exclusivamente de desembolso da parcela do empréstimo destinada à quitação do correspondente valor.

5.19. Veja-se, abaixo, o inteiro teor da Lei nº 5.339, de 2014:

LEI Nº 5.339, DE 07 DE MAIO DE 2014

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Autoriza o aumento de capital da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º *Fica autorizado o Poder Executivo a realizar o aumento de capital da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal — CAESB até o valor de R\$ 1.037.740.247,52 (um bilhão, trinta e sete milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).*

§ 1º A CAESB deve adotar as providências necessárias à formalização do aumento de capital.

§ 2º O aumento de capital deve ocorrer, exclusivamente, para a execução do conjunto de obras de saneamento básico contratados pelo Governo do Distrito Federal junto aos órgãos e agentes financeiros da União.

§ 3º O Governo do Distrito Federal deve alotar, na Lei Orçamentária Anual, conforme cronograma de execução do conjunto de obras referenciado no § 2º, os recursos necessários à sua realização por meio do aumento de capital da CAESB, executora das obras.

§ 4º As fontes dos recursos para o aumento de capital são os financiamentos e os repasses da União para o conjunto de obras referenciado no § 2º, bem como os recursos necessários do Tesouro distrital a título de contrapartidas, reajustamentos e aditivos necessários à conclusão dos objetos contratados.



Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Brasília, 07 de maio de 2014.

126º da República e 55º de Brasília

AGNELO QUEIROZ

5.20. Não se tratavam, pois, as cópias desse faturamento, de uma obrigação contratada pela Secretaria de Fazenda, mas, isto sim, de documentos fiscais relativos a um contrato celebrado pela Caesb junto aos seus prestadores de serviço para execução das obras objeto do compromisso financeiro internacional, caso em que, para a correspondente quitação, por certo eram observados os procedimentos internos pertinentes por parte da Companhia.

5.21. Não há que se falar, dessa forma, em exigência por parte da Secretaria de Fazenda de atestes nas notas fiscais alusivas a serviços prestados por terceiros à Caesb, pois tais notas não se prestavam à liquidação de obrigações contratadas pela Secretaria para a satisfação de suas necessidades.”

II.4.a.1.2 – Análise

42. A prática descrita pela interessada no trecho supratranscrito é condizente com os procedimentos observados nas obras financiadas por organismos nacionais ou internacionais de financiamento e/ou fomento. Nesses casos, a SEF não pratica ato próprio de gestão, no sentido estrito a ser objeto desta TCA, mas atua como órgão técnico de recebimento e contabilização dos recursos externos.

43. Procedentes as justificativas, uma vez insubsistente a falha apontada pela Auditoria Interna.

II.4.a.2.1 – Senhor Willian Moura Dias (fls. 94/96)

44. O postulante, às fls. 94/96, replica os argumentos apresentados pela senhora Eunice, já analisados no tópico anterior.

II.4.a.2.2 – Análise

45. Aplica-se, também quanto ao senhor Willian Moura Dias, as conclusões estampadas no § 43, anterior.

II.4.a.3.1 – Senhor Adonias dos Reis Santiago. (fls. 140/141)



46. No ponto, as considerações trazidas pelo interessado, fls. 140/141, são as seguintes:

“(…)

Por meio do Memorando nº 80/2016-DIFOF/SUAG/SEF, a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, esclarece que não cabe a esta Secretaria a instrução processual dos processos que foram pagos a fornecedores da CAESB por obra contratada, cabe apenas fazer os repasses dos valores previstos nos contratos de financiamento entre a CEF e o GDF.

Não obstante, o Artigo 1º, § 4º da Lei 5.339/2014, estabelece: ‘As fontes dos recursos para o aumento de capital são os financiamentos e os repasses da União para o conjunto de obras referenciado no § 2º, bem como os recursos necessários do Tesouro distrital a título de contrapartidas, reajustamentos e aditivos necessários à conclusão dos objetos contratados.’

Portanto, as fontes de recursos para este projeto são os financiamentos pela Caixa Econômica Federal com recursos advindos do FGTS, destinados a execução de Obras/Serviços pela CAESB.

Sendo que a Subsecretaria de Administração Geral não realiza qualquer ato administrativo relacionado à licitação, contratação, acompanhamento, execução ou pagamento de fornecedores que realizam obras em contratos com a CAESB.

Quanto as Notas Fiscais n’s 009, 010 e 011, ‘faltando o devido atesto do executor do contrato em obediência ao artigo 63 da Lei nº 4.320/1970 e o inciso II do artigo 61 do Decreto nº 32.598/2010, cabe esclarecer que são cópias das notas fiscais anexadas ao processo 040.004050/214, portanto, foram anexadas naquele processo por equívoco na instrução processual, uma vez que a execução e a contratação de empresa ficam a cargo da CAESB, ficando a Secretaria de Estado de Fazenda responsável apenas pelo repasse, conforme explicitado no Item 3.5.’

II.4.a.3.2 – Análise

47. Como se pode observar, as justificativas apresentadas pelo senhor Adonias reforçam a conclusão anterior pela inexistência da falha indicada pelo Controle Interno, donde o subitem em comento não deve impactar o julgamento da presente TCA.

II.5 – subitem 3.5 –Impropriedades na instrução do processo que trata da obtenção de financiamento junto à Caixa Econômica Federal (fls. 878-v*/880)**

II.5.a – Alegações de defesa



II.5.a.1.1– senhora Eunice de Oliveira Ferreira Santos (fls. 86/88)

48. Especificamente quanto ao ponto em evidência, fls. 86/88, a interessada sustenta:

“(…)

5.22. Reitera-se, mais uma vez, que não havia obrigação de gestão orçamentária e financeira da Secretaria de Estado de Fazenda em torno do financiamento dessas obras contratadas diretamente pela Caesb. Veja-se, no caso particular desse empréstimo, contraído pelo Distrito Federal junto à Caixa Econômica Federal, o teor do Decreto nº 35.423, de 15 de maio de 2014, abaixo transcrito, que delegou competência à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) para executar as ações necessárias à implementação do objeto dos contratos de financiamento e dos termos de compromisso junto à Caixa Econômica Federal:

DECRETO Nº 35.423, 15 DE MAIO DE 2014.

Delega competência à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB para executar as ações necessárias à implementação do objeto dos contratos de financiamento e dos termos de compromisso que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXI da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB para representar o Distrito Federal nos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso assinados com a Caixa Econômica Federal - CAIXA, nos quais figura como Agente Promotor, Interveniente Executor, Co-Compromissário ou equivalente,

Art. 2º Compete à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB a gestão dos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso de que trata o artigo 1º deste Decreto, observadas as regras impostas nos respectivos instrumentos contratuais e na legislação aplicável.



Art. 3º Compete à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal realizar, exclusivamente, as operações de aumento de capital da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, por meio das contas vinculadas aos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso de que trata o artigo 1º deste Decreto. (sublinhou-se)

§ 1º O limite global para o valor de aumento de capital a que se refere o caput deste artigo é R\$ 1.037.740.247,52 (um bilhão, trinta e sete milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), conforme a Lei nº 5.339/14, de 07 de maio de 2014.

§ 2º A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB subsidiará a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal com todas as informações necessárias à elaboração dos Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Lei Orçamentária Anual, ou outras que sejam imprescindíveis à realização das operações de aumento de capital a que se refere o caput deste artigo.

§ 3º As solicitações de aumento de capital, a que se refere o caput deste artigo, serão feitas pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, de acordo com a execução dos objetos dos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso de que trata o artigo 1º deste Decreto, podendo ser solicitado em uma operação o valor programado para até três meses de execução.

Art. 4º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal no âmbito dos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso de que trata o artigo 1º deste Decreto.

Art. 5º Fica autorizada a Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal a concluir todas as operações de pagamento das medições realizadas no âmbito dos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso de que trata o artigo 1º deste Decreto que estejam em trâmite sob sua responsabilidade até a data de publicação deste Decreto.



Art. 6º Compete à Secretaria de Estado de Obras e à CAESB adotarem, no prazo de até 60 dias contados a partir da data de publicação deste Decreto, as medidas administrativas referentes à alteração da gestão dos contratos de execução e administração de obras vinculados aos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso de que trata o art. 1º deste Decreto, em favor da CAESB.

Art. 7º Ficam revogados os Decretos nº 32.905, de 06 de maio de 2011, e nº 33.530, de 10 de fevereiro de 2012.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 15 de maio de 2014.

126º da República e 55º de Brasília

AGNELO QUEIROZ

5.23. Pelo teor do art. 3º do Decreto, verifica-se que a competência da Secretaria de Fazenda estava restrita, exclusivamente, à realização das operações de aumento de capital da Caesb, por meio das contas vinculadas aos contratos de financiamento e termos de compromisso referidos no Decreto.”

II.5.a.1.2 – Análise

49. Entende-se que as considerações tecidas às fls. 878-v/880* não se sustentam em face das peculiaridades regentes dos projetos financiados por recursos externos⁴, Oxalá os prazos, formalismos e burocracia dos processos administrativos acompanhassem o dinamismo que marca a execução de projetos, de forma que as obras financiadas chegassem a termo nos prazos idealmente acordados.*

50. Como bem explicou a interessada, no caso indicado pela Auditoria, a SEF não atuou como Unidade Administrativa em sentido estrito, mas como órgão representante do Governo na avença externa. Não se poderia, entende-se, em situações que tais, imaginar-se a responsabilidade dos gestores pelas contas anuais da Jurisdicionada, conquanto se trataria da matéria, se for o caso, nas contas do Governo, de competência da Câmara Legislativa.

51. Conclui-se que as justificativas são procedentes.

⁴ No caso, os recursos eram oriundos da Caixa Econômica Federal, mas também decorrentes de contrato de financiamento.



II.5.a.2.1 – Senhor Willian Moura Dias (fls. 96/97)

52. O interessado, às fls. 96/97, com supressão, converge para as afirmações estruturadas pela senhora Eunice.

II.5.a.2.2 – Análise

53. Aplica-se a conclusão do § 51, anterior.

II.5.a.3.1 – Senhor Adonias dos Reis Santiago. (fls. 112/114 e 141/142)

54. No que toca ao mérito do subitem em avaliação, o interessado alega, fls. 112/114:

“(…)

Merece também apreciação a questão relacionada no item ‘3.5 —Impropriedades na instrução do processo que trata da obtenção de financiamento junto à Caixa Econômica Federal.’ Que trata da operação de crédito para a CAESB, para aumento de capital daquela empresa.

Tal operação de crédito foi objeto de delegação específica de competência à CAESB, conforme dispôs o Decreto nº 35.423, 15 de maio de 2014, na forma abaixo transcrita:

‘Decreto nº. 35.423, 15 de maio de 2014,

Delega competência à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB para executar as ações necessárias à implementação do objeto dos contratos de financiamento e dos termos de compromisso que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXI da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB para representar o Distrito Federal nos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso assinados com a Caixa Econômica Federal - CAIXA, nos quais figura como Agente Promotor, Interveniente Executor, Co-Compromissário ou equivalente.

Art. 2º Compete à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal –CAESB a gestão



dos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso de que trata o artigo 12 deste Decreto, observadas as regras impostas nos respectivos instrumentos contratuais e na legislação aplicável.

Art. 3º Compete à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal realizar, exclusivamente, as operações de aumento de capital da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, por meio das contas vinculadas aos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso de que trata o artigo 18 deste Decreto.

§ 1º O limite global para o valor de aumento de capital a que se refere o caput deste artigo é R\$ 1.037.740.247,52 (um bilhão, trinta e sete milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), conforme a Lei nº 5.339/14, de 07 de maio de 2014.

§ 2º A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB subsidiará a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal com todas as informações necessárias à elaboração dos Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Lei Orçamentária Anual, ou outras que sejam imprescindíveis à realização das operações de aumento de capital a que se refere o caput deste artigo.

§ 3º As solicitações de aumento de capital, a que se refere o caput deste artigo, serão feitas pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal -CAESB à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, de acordo com a execução dos objetos dos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso de que trata o artigo 19 deste Decreto, podendo ser solicitado em uma operação o valor programado para até três meses de execução.

Art. 4º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal no âmbito dos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso de que trata o artigo 12 deste Decreto.

Art. 5º Fica autorizada a Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal a concluir todas as operações de pagamento das medições realizadas



no âmbito dos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso de que trata o artigo 19 deste Decreto que estejam em trâmite sob sua responsabilidade até a data de publicação deste Decreto.

Art. 6º Compete à Secretaria de Estado de Obras e à CAESB adotarem, no prazo de até 60 dias contados a partir da data de publicação deste Decreto, as medidas administrativas referentes à alteração da gestão dos contratos de execução e administração de obras vinculados aos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso de que trata o art. 19 deste Decreto, em favor da CAESB.

Art. 7º Ficam revogados os Decretos nº 32.905, de 06 de maio de 2011, e nº 33.530, de 10 de fevereiro de 2012. Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 15 de maio de 2014. 1269 da República e 559 de Brasília.

AGNELO QUEIROZ'

Como se verifica, claramente, no art. 3º do Decreto em comento, a única competência atribuída à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal foi a de realizar, exclusivamente, as operações de aumento de capital da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB por meio das contas vinculadas aos Contratos de Financiamento e Termos de Compromisso de que trata o artigo 1º deste Decreto.'

55. Em complemento às justificativas supra, o interessado colaciona a seguinte manifestação do órgão técnico da Pasta:

“(…)

Por meio do Memorando nº 80/2016-DIPOF/SUAG/SEF, anexo, a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, esclarece que não cabe a esta Secretaria a instrução processual dos processos que foram pagos a fornecedores da CAESB por obra contratada, cabe apenas fazer os repasses dos valores previstos nos contratos de financiamento entre a CEP e o GDF.

Não obstante, o Artigo 1º, § 4º da Lei 5.339/2014, estabelece: "As fontes dos recursos para o



aumento de capital são os financiamentos e os repasses da União para o conjunto de obras referenciado no § 2º, bem como os recursos necessários do Tesouro distrital a título de contrapartidas, reajustamentos e aditivos necessários à conclusão dos objetos contratados."

Portanto, as fontes de recursos para este projeto são os financiamentos feitos pela Caixa Econômica Federal com recursos advindos do FGTS, destinados a execução de Obras/Serviços pela CAESB.

Sendo que a Subsecretaria de Administração Geral não realiza qualquer ato administrativo relacionado à licitação, contratação, acompanhamento, execução ou pagamento de fornecedores que realizam obras em contratos com a CAESB."

II.5.a.3.2 – Análise

56. *Como já mencionado, os fatos não subsistem. Dessarte, conclui-se que o ponto em evidência não deva impactar o julgamento das contas do interessado.*

III – CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS

57. *Nos termos salientados nesta peça informativa, entende-se que as presentes contas anuais podem ser julgados pelo eg. Plenário assim:*

I. nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/94, regulares as contas dos Srs. Adão Nunes da Silva (Subsecretário do Tesouro/Substituto), Rufino José Batista (Chefe do Núcleo de Almoxarifado), José Roberto Leitão e Silva Júnior (Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos), Adriano Amaro Oliveira (Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/Substituto) e Klemer Bezerra da Costa (Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/Substituto) e das Sras. Rejane Parente Lucas (Subsecretária de Administração Geral/Substituta), Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti (Subsecretária do Tesouro) e Jaqueline Stefany Chaves Rezende (Chefe do Núcleo de Almoxarifado/Substituta);

II. - nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, regulares com ressalvas as contas:



a) a do Sr. Adonias dos Reis Santiago (Secretário de Estado) por conta das falhas contidas nos subitens “3.2 – Realização de despesas sem a formalização de termo contratual”, “3.6 - Pendências na regularização das infrações de trânsito dos veículos da carga patrimonial da SEF/DF”, “3.7 - Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços”, “3.8 - Falhas nos bens imóveis”, “3.9 - Bens apreendidos: ausência de comissão inventariante”, “4.1 - Ativo Circulante”, “4.2 - Passivo circulante” e “4.3 - Unidade Gestora 130101 – Tesouro” do Relatório de Auditoria nº 66/2016 – DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do Processo nº 040.001.654/2015);

b) da Sra. Eunice de Oliveira Ferreira Santos (Subsecretária de Administração Geral) por conta das falhas contidas nos subitens “3.2 - Realização de despesas sem a formalização de termo contratual”, “3.6 - Pendências na regularização das infrações de trânsito dos veículos da carga patrimonial da SEF/DF”, “3.7 - Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços”, “3.8 - Falhas nos bens imóveis”, “4.1 - Ativo Circulante”, “4.2 - Passivo circulante” e “4.3 - Unidade Gestora 130101 – Tesouro” do Relatório de Auditoria nº 66/2016 – DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do Processo nº 040.001.654/2015);

c) do Sr. Willian Moura Dias (Subsecretário de Administração Geral) por conta das falhas contidas nos subitens “3.6 - Pendências na regularização das infrações de trânsito dos veículos da carga patrimonial da SEF/DF”, “3.7 - Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços”, “3.8 - Falhas nos bens imóveis”, “4.1 - Ativo Circulante”, “4.2 - Passivo circulante” e “4.3 - Unidade Gestora 130101 – Tesouro” do Relatório de Auditoria nº 66/2016 – DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do Processo nº 040.001.654/2015);

d) dos Srs. Paulo Santos de Carvalho (Subsecretário do Tesouro) e Francisco das Chagas Silva (Subsecretário do Tesouro) por conta das falhas contidas no subitem “4.3 -



Unidade Gestora 130101 – Tesouro” do Relatório de Auditoria nº 66/2016 – DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do Processo nº 040.001.654/2015);

IV– SUGESTÕES

58. *Diante do exposto, sugere-se ao eg. Plenário:*

I. tomar conhecimento das razões de justificativa apresentadas pela senhora Eunice de Oliveira Ferreira Santos, fls. 79/88, e pelos senhores Willian Moura Dias, fls. 89/97, e Adonias dos Reis Santiago, fls. 105/114 e anexos de fls. 115/206, considerando-as suficientes para afastar as questões debatidas nos subitens 2.1, 3.1, 3.4 e 3.5, todos do Relatório de Auditoria nº 66/2016 – DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do apenso - Processo nº 040.001.654/2015);

II. com fulcro no art. 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 01/1994, julgar regulares as contas dos senhores Adão Nunes da Silva (Subsecretário do Tesouro/Substituto, CPF 286.983.391-15), Rufino José Batista (Chefe do Núcleo de Almoxarifado, CPF 112.670.111-49), José Roberto Leitão e Silva Júnior (Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos, CPF 443.261.651-20), Adriano Amaro Oliveira (Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/Substituto, CPF 369.258.451-20) e Klemer Bezerra da Costa (Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/Substituto, CPF 417.078.261-53) e das senhoras Rejane Parente Lucas (Subsecretária de Administração Geral/Substituta, CPF 352.057.171-49), Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti (Subsecretária do Tesouro, CPF 456.697.914-87) e Jaqueline Stefany Chaves Rezende (Chefe do Núcleo de Almoxarifado/Substituta, CPF 003.148.611-81);

III. com esteio nas prescrições do art. 17, inciso II, da LC n.º 01/1994, julgar regulares com ressalvas as contas dos senhores abaixo indicados:

a) Adonias dos Reis Santiago (Secretário de Estado, CPF 001.977.501-68) por conta das falhas contidas nos subitens “3.2 – Realização de despesas sem a formalização de termo contratual”, “3.6 - Pendências na regularização das infrações de trânsito dos veículos da carga patrimonial da SEF/DF”,



“3.7 - Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços”, “3.8 - Falhas nos bens imóveis”, “3.9 - Bens apreendidos: ausência de comissão inventariante”, “4.1 - Ativo Circulante”, “4.2 - Passivo circulante” e “4.3 - Unidade Gestora 130101 – Tesouro” do Relatório de Auditoria nº 66/2016 – DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do Processo nº 040.001.654/2015);

b) Eunice de Oliveira Ferreira Santos (Subsecretária de Administração Geral, CPF 324.838.131-00) por conta das falhas contidas nos subitens “3.2 - Realização de despesas sem a formalização de termo contratual”, “3.6 - Pendências na regularização das infrações de trânsito dos veículos da carga patrimonial da SEF/DF”, “3.7 - Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços”, “3.8 - Falhas nos bens imóveis”, “4.1 - Ativo Circulante”, “4.2 - Passivo circulante” e “4.3 - Unidade Gestora 130101 - Tesouro” do Relatório de Auditoria nº 66/2016 - DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do Processo nº 040.001.654/2015);

c) Willian Moura Dias (Subsecretário de Administração Geral, CPF 698.873.491-00) por conta das falhas contidas nos subitens “3.6 - Pendências na regularização das infrações de trânsito dos veículos da carga patrimonial da SEF/DF”, “3.7 - Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços”, “3.8 - Falhas nos bens imóveis”, “4.1 - Ativo Circulante”, “4.2 - Passivo circulante” e “4.3 - Unidade Gestora 130101 - Tesouro” do Relatório de Auditoria nº 66/2016 - DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do Processo nº 040.001.654/2015);

d) Paulo Santos de Carvalho (Subsecretário do Tesouro, CPF 244.666.971-91) e Francisco das Chagas Silva (Subsecretário do Tesouro, CPF 295.966.701-82) por conta das falhas contidas no subitem “4.3 - Unidade Gestora 130101 - Tesouro” do Relatório de Auditoria nº 66/2016 - DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do Processo nº 040.001.654/2015);



IV. *em conformidade com o art. 24 da LC n.º 1/1994, considerar os responsáveis nomeados nos itens II e III anteriores, quites com o erário distrital, no que tange ao objeto da presente TCA, que trata das contas anuais, exercício financeiro de 2014, da Secretaria de Estado de Fazenda;*

V. *determinar, nos termos do art. 19 da Lei Complementar n.º 1/1994, aos atuais gestores da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão que adotem as medidas necessárias para prevenir a ocorrência de falhas semelhantes às tratadas no item III, anterior;*

VI. *autorizar:*

a) *a devolução dos Apensos 040.001.654/2015 e 040.001.326/2015 à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal;*

b) *o retorno dos autos à SECONT para as providências de estilo e posterior arquivamento.*

Por sua vez, o Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer nº 604/2019-G3P (fls. 237/245), converge parcialmente com as conclusões apresentadas pela Unidade Técnica, nos termos parcialmente transcritos:

(...)

24. *Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação, passo a examinar o mérito das razões apresentadas.*

subitem 2.1 – Pagamento de curso de fiscais e gestores de contratos administrativos que é oferecido gratuitamente pela Escola de Governo do GDF

25. *Apurou o Controle Interno que a jurisdicionada contratou a empresa Marcos Messumieci Portal Treinamentos, no valor de R\$ 139.260,00, com a finalidade de ministrar curso de formação de fiscais e gestores de contratos administrativos. Alegou-se que o referido tema era oferecido gratuitamente pela Escola de Governo do DF – EGOV, conforme item 53 do anexo único da Portaria 7, de 13/01/2014, tendo, inclusive, carga horária semelhante ao curso contratado.*

26. *Todavia, as informações prestadas pelos justificantes, efetivamente, comprovam que o curso "Gestão e*



Fiscalização de Contratos", oferecido pela SEGOV, foi programado para ser realizado em três (três) turmas, no mês de maio de 2015, com carga horária de 20 horas, enquanto que a contratação realizada pela Secretaria de Fazenda ocorreu em fevereiro de 2014, um ano e quatro meses antes.

27. Ademais, o Controle Interno, no âmbito do Relatório de Auditoria, pontuara que, conforme análise efetuada no âmbito do Processo 040.000.888/2014 o objeto básico previu a necessidade de capacitação de 79 servidores. De outro lado, o curso similar oferecido pela SEGOV oferecia 3 vagas por órgão, inviabilizando, portanto, as necessidades da Secretaria.

28. Tais constatações, portanto, afastam a responsabilidade dos gestores envolvidos. As razões, neste ponto, são procedentes.

Subitem 3.1 - Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades.

29. No âmbito do Processo 040.000.888/2014, relativo à contratação supracitada, observou o Controle Interno que não constavam dos autos: pronunciamento do órgão jurídico, nos termos do Parecer 0726/2008 – PROCAD/PGDF; critérios para avaliar a disponibilidade de tempo e interesse dos servidores e indicação de preposto aceito pela Administração. Ademais, apurou-se que fora confeccionado projeto básico depois da apresentação da proposta comercial da empresa contratada.

30. Quanto ao descumprimento dos termos do Parecer 0726/2008 – PROCAD, tornado vinculante aos órgãos distritais mediante Despacho do Governador, de 15/04/2009, verifica-se que, ao adverso do que apontou o Controle Interno, não havia obrigatoriedade de pronunciamento da PGDF nos autos do processo da contratação, esta, somente necessária nos casos de cursos fechados, entendido como aquele que, em obediência ao Contrato celebrado com a Administração, é formatado para atender, exclusivamente, os servidores alvo da capacitação.

31. Na espécie, tratava-se de curso aberto, onde empresa promotora disponibilizou no mercado determinado evento capacitatório, segundo suas próprias regras e critérios. Como se tratava de curso disponível no mercado, os fundamentos do Parecer vinculante – que versava sobre a contratação de cursos abertos - desobrigavam o envio ao órgão jurídico, conforme excerto abaixo:

“os procedimentos de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, para a inscrição de servidores em curso aberto de treinamento e



aperfeiçoamento de pessoal devem seguir os parâmetros descritos no item 2.6 deste Parecer”

32. *Sobre a ausência de indicação de preposto, o DODF 57, de 20/03/2014, página 48, traz a nomeação do executor do contrato e de seu suplente, o que afasta a falha suscitada.*

33. *De outro lado, embora não tenha sido emitido, como pontuado pelo Controle Interno, termo circunstanciado de recebimento dos serviços, verifica-se existência de nota fiscal devidamente atestada, traduzindo-se a falha em questão como sendo meramente formal.*

34. *Do mesmo modo, constituem-se somente ressalvas: a ausência de numeração de folhas (492/500); o envio de minuta de projeto básico (e não o original) às proponentes para apresentação de propostas e; o fato de 6 servidores terem faltado ao curso, visto que as inscrições dos faltosos não foram pagas.*

Subitem 3.2 - Realização de despesas sem a formalização de termo contratual

35. *Os gestores foram chamados em audiência por, no âmbito do processo mencionado no item anterior, não terem providenciado formalização de contrato, inobservado o prescrito no art. 62 da LLC.*

36. *De acordo com o caput do art. 62 da Lei nº 8.666/93, o instrumento do contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.*

37. *Nesse sentido, o TCU firmou entendimento, pelo Acórdão 1234/2018 – Plenário, que “há possibilidade jurídica de formalização de contratação de fornecimento de bens para entrega imediata e integral, da qual não resulte obrigações futuras, por meio de nota de empenho, independentemente do valor ou da modalidade licitatória adotada, nos termos do § 4º do art. 62 da Lei 8.666/1993 e à luz dos princípios da eficiência e da racionalidade administrativa que regem as contratações públicas”.*

38. *Na espécie, considerando que o valor ajustado foi de R\$ 139.620,00, abaixo, portanto, do limite para a modalidade convite e, ainda, que constam dos autos o*



empenho da despesa e o respectivo pagamento, a falha pode ser afastada.

Subitem 3.4 – Ausência de atestos de recebimento nas notas fiscais

Subitem 3.5 – Impropropriedades na instrução do processo que trata da obtenção de financiamento junto à Caixa Econômica Federal

39. O Controle Interno salientou que, no âmbito do Processo 040.004.050/2014, cujo objeto é a ampliação do sistema de abastecimento de água do SMPW, não constam notas fiscais com o atesto pelo executor, despachos autorizando pagamentos, documento autorizando abertura de processo, instrumento contratual etc.

40. No caso concreto, contudo, percebe-se que jurisdicionada, a teor da Lei 5339/2004, atuou como simples intermediária na qualidade de tomadora do empréstimo, sendo seu destinatário final a Caesb.

41. A liberação do empréstimo, como colocado pela justificante Eunice de Oliveira Ferreira Santos, “não se fazia de uma só vez, a cada medição das obras e serviços a Caesb encaminhava à Secretaria de Fazenda cópia da nota fiscal relativa ao faturamento, para fins exclusivamente de desembolso da parcela do empréstimo destinada à quitação do correspondente valor.”

42. Dessa forma, apreende-se que o Órgão não promoveu ato relacionado à licitação, contratação, acompanhamento, execução ou pagamento de fornecedores, atuando como mero órgão de recebimento e contabilização dos recursos externos, como responsável pelo repasse de recursos à CAESB, tal como colocado pelo artigo 3º do Decreto 35423/2014, o qual dispôs que a competência da Secretaria de Fazenda estava restrita, exclusivamente, à realização das operações de aumento de capital.

43. Pelo exposto, entendo que as justificativas de Adonias dos Reis Santiago, Eunice de Oliveira Ferreira dos Santos e William Moura Dia, podem ser consideradas parcialmente procedentes, ensejando ressalvas às contas em razão dos fatos relativos ao subitem 3.1 (Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades), além dos mencionados em assentada anterior e que não motivaram a apresentação de razões de justificativas, quais sejam: subitens 1.4 - programa de trabalho com baixa execução orçamentária, 1.5 - ausência de execução de programa de trabalho, 3.6 – pendência na regularização das infrações de trânsito dos veículos; 3.7 -



Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços; 3.8 - falhas nos bens imóveis, 3.9 – bens apreendidos, ausência de comissão inventariantes, 4.1 – ativo circulante, 4.2 – passivo circulante e 4.3 – Unidade Gestora 130101.

44. *Quanto aos demais responsáveis, reitero o posicionamento constante da manifestação passada.*

45. *Pelo exposto, em concordância parcial com o Corpo Técnico, sugere o Ministério Público por que o Tribunal:*

I. tome conhecimento das razões de justificativa apresentadas por Eunice de Oliveira Ferreira Santos, fls. 79/88, e pelos senhores Willian Moura Dias, fls. 89/97, e Adonias dos Reis Santiago, fls. 105/114 e anexos de fls. 115/206, considerando-as parcialmente procedentes;

II. com fulcro no art. 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 01/1994, julgue regulares as contas de Adão Nunes da Silva (Subsecretário do Tesouro/Substituto, CPF 286.983.391-15), Rufino José Batista (Chefe do Núcleo de Almoxarifado, CPF 112.670.111-49), José Roberto Leitão e Silva Júnior (Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos, CPF 443.261.651-20), Adriano Amaro Oliveira (Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/Substituto, CPF 369.258.45120) e Klemer Bezerra da Costa (Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/Substituto, CPF 417.078.261-53) e Rejane Parente Lucas (Subsecretária de Administração Geral/Substituta, CPF 352.057.171-49), Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti (Subsecretária do Tesouro, CPF 456.697.914-87) e Jaqueline Stefany Chaves Rezende (Chefe do Núcleo de Almoxarifado/Substituta, CPF 003.148.611-81);

III. com esteio nas prescrições do art. 17, inciso II, da LC n.º 01/1994, julgue regulares com ressalvas as contas de:

a) Adonias dos Reis Santiago (Secretário de Estado, CPF 001.977.501-68) por conta das falhas contidas nos subitens 1.4 - programa de trabalho com baixa execução orçamentária; 1.5 - ausência de execução de programa de trabalho; 3.1 - Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades; 3.6 – pendência na regularização das infrações de



trânsito dos veículos; 3.7 - Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços; 3.8 - falhas nos bens imóveis; 3.9 - bens apreendidos, ausência de comissão inventariante; 4.1 - ativo circulante; 4.2 - passivo circulante e; 4.3 - Unidade Gestora 130101 do Relatório de Auditoria nº 66/2016 - DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do Processo nº 040.001.654/2015);

b) Eunice de Oliveira Ferreira Santos (Subsecretária de Administração Geral, CPF 324.838.131-00) por conta das falhas contidas nos subitens 1.4 - programa de trabalho com baixa execução orçamentária; 1.5 - ausência de execução de programa de trabalho; 3.1 - Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades; 3.6 - pendência na regularização das infrações de trânsito dos veículos; 3.7 - Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços; 3.8 - falhas nos bens imóveis; 3.9 - bens apreendidos, ausência de comissão inventariante; 4.1 - ativo circulante; 4.2 - passivo circulante e; 4.3 - Unidade Gestora 130101 do Relatório de Auditoria nº 66/2016 - DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do Processo nº 040.001.654/2015);

c) Willian Moura Dias (Subsecretário de Administração Geral, CPF 698.873.49100) por conta das falhas contidas nos subitens subitens 1.4 - programa de trabalho com baixa execução orçamentária; 1.5 - ausência de execução de programa de trabalho; 3.6 - pendência na regularização das infrações de trânsito dos veículos; 3.7 - Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços; 3.8 - falhas nos bens imóveis; 3.9 - bens apreendidos, ausência de comissão inventariante; 4.1 - ativo circulante; 4.2 - passivo circulante e; 4.3 - Unidade Gestora 130101 do Relatório de Auditoria nº 66/2016 - DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do Processo nº 040.001.654/2015);

d) Paulo Santos de Carvalho (Subsecretário do Tesouro, CPF 244.666.971-91) e Francisco das Chagas Silva (Subsecretário do Tesouro, CPF



295.966.701-82) por conta das falhas contidas no subitem “4.3 - Unidade Gestora 130101 – Tesouro” do Relatório de Auditoria nº 66/2016 – DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do Processo nº 040.001.654/2015);

IV. em conformidade com o art. 24 da LC n.º 1/1994, considere os responsáveis nomeados nos itens II e III anteriores, quites com o erário distrital, no que tange ao objeto da presente TCA, que trata das contas anuais, exercício financeiro de 2014, da Secretaria de Estado de Fazenda;

V. determine, nos termos do art. 19 da Lei Complementar n.º 1/1994, aos atuais gestores da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão que adotem as medidas necessárias para prevenir a ocorrência de falhas semelhantes às tratadas no item III, anterior;

VI. autorize:

a) a devolução dos Apensos 040.001.654/2015 e 040.001.326/2015 à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal;

b) o retorno dos autos à SECONT para as providências cabíveis

É o Relatório.



VOTO

Tratam os autos de Tomada de Contas Anual – TCA dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos), referente ao exercício financeiro de 2014.

O Controle Interno do Distrito Federal concluiu o Certificado de Auditoria nº 75/2016 – COMITÊ/SUBCI/CGDF (fls. 891/892 do apenso – Processo nº 040.001.654/2015), nos seguintes termos:

6. *O Comitê de Certificação, mediante as falhas médias constantes dos subitens 1.4; 1.5; 2.1; 3.1; 3.2; 3.4; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 4.1; 4.2 e 4.3 e falhas graves nº: 2.2, 3.3 e 3.5 contidas no Relatório de Auditoria nº 66/2016-DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF, emite o Certificado de Auditoria de **Regularidade com Ressalvas das Contas.**” (grifei)*

Na última assentada, a Corte, por meio da Decisão nº 1.235/2018 (fl. 66), determinou a **audiência** dos responsáveis², abaixo discriminados, para apresentarem suas razões de justificativa em face das impropriedades discriminadas no próximo parágrafo, ante a possibilidade de julgamento de suas contas irregulares e aplicação de multa prevista no art. 20 da LC nº 01/94:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Adonias dos Reis Santiago	Secretário de Estado	01/01 a 31/12/14
Eunice de Oliveira Ferreira Santos	Subsecretária de Administração Geral	01/01 a 03/04/14
Willian Moura Dias	Subsecretário de Administração Geral	04/04 a 31/12/14

Impropriedades objeto da audiência:

Relatório de Auditoria nº 66/2016 – DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do apenso - Processo nº 040.001.654/2015):

SUBITEM	DESCRIÇÃO
2.1	Pagamento de curso de fiscais e gestores de contratos administrativos que é oferecido gratuitamente pela Escola de Governo do GDF

² Nomeados no parágrafo 42 do Parecer nº 873/2017-DA (fls. 41/42).



SUBITEM	DESCRIÇÃO
3.1	Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades
3.2	Realização de despesas sem a formalização de termo contratual
3.4	Ausência de atestos de recebimento nas notas fiscais
3.5	Impropriedades na instrução do processo que trata da obtenção de financiamento junto à Caixa Econômica Federal

Em atendimento à deliberação supramencionada, foram acostadas aos autos as razões de justificativa da Sra. Eunice de Oliveira Ferreira Santos (fls. 79/88), do Sr. Willian Moura Dias (fls. 89/97), e do Sr. Adonias dos Reis Santiago (fls. 105/114 e anexos de fls. 115/206).

O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 15/2019 – 1ªDICONTE (fls. 207/236), analisa as razões de justificativa apresentadas.

No tocante à impropriedade do subitem 2.1 – “Pagamento de curso de fiscais e gestores de contratos administrativos que é oferecido gratuitamente pela Escola de Governo do GDF”, o CT considera procedentes as justificativas apresentadas, por conseguinte o subitem não influencia as contas ora examinadas.

Quanto às falhas do subitem 3.1 – “Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades”, a Unidade Técnica considera que não devem impactar as contas em exame.

Em relação à impropriedade do subitem 3.2 – “Realização de despesas sem a formalização de termo contratual”, o Corpo Instrutivo entende que deve repercutir como ressalva às contas em tela.

No que tange às falhas contidas no subitem 3.4 – “Ausência de atestos de recebimento nas notas fiscais”, a Unidade Instrutiva considera que não devem impactar as contas em tela.

Quanto às impropriedades do subitem 3.5 – “Impropriedades na instrução do processo que trata da obtenção de financiamento junto à Caixa



Econômica Federal”, o Corpo Técnico entende que as justificativas são procedentes, por consequência não influenciam as contas ora examinadas.

Ao final, a Unidade Instrutiva conclui que o Tribunal pode julgar as contas em tela, nos seguintes moldes:

- **Regulares** a contas dos seguintes responsáveis

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Rejane Parente Lucas	Subsecretária de Administração Geral/Substituta	28/06 a 05/07/14
Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti	Subsecretária do Tesouro	24/06 a 14/08/14
Adão Nunes da Silva	Subsecretário do Tesouro/Substituto	23/01 a 06/02/14 06/10 a 20/10/14
Rufino José Batista	Chefe do Núcleo de Almoxarifado	01/01 a 31/12/14
Jaqueline Stefany Chaves Rezende	Chefe do Núcleo de Almoxarifado/Substituta	22/09 a 21/10/14
José Roberto Leitão e Silva Júnior	Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos	01/01 a 31/12/14
Adriano Amaro Oliveira	Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/Substituto	07/07 a 26/07/14
Klemer Bezerra da Costa	Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/ Substituto	06/01 a 15/01/14

- **Regulares com ressalvas**, a seguir relacionadas, as contas dos seguintes responsáveis

NOME	CARGO/FUNÇÃO	SUBITENS
Adonias dos Reis Santiago	Secretário de Estado	3.2, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 4.1, 4.2 e 4.3
Eunice de Oliveira Ferreira Santos	Subsecretária de Administração Geral	3.2, 3.6, 3.7, 3.8, 4.1, 4.2 e 4.3
Willian Moura Dias	Subsecretário de Administração Geral	3.6, 3.7, 3.8, 4.1, 4.2 e 4.3
Paulo Santos de Carvalho	Subsecretário do Tesouro	4.3
Francisco das Chagas Silva	Subsecretário do Tesouro	4.3



As impropriedades supramencionadas do Relatório de Auditoria nº 66/2016 – DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do apenso - Processo nº 040.001.654/2015), passíveis de ensejar ressalvas às contas, são discriminadas a seguir:

SUBITEM	DESCRIÇÃO
3.2	Realização de despesas sem a formalização de termo contratual
3.6	Pendências na regularização das infrações de trânsito dos veículos da carga patrimonial da SEF/DF
3.7	Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços
3.8	Falhas nos bens imóveis
3.9	Bens apreendidos: ausência de comissão inventariante
4.1	Ativo Circulante (falhas na gestão contábil)
4.2	Passivo circulante (falhas na gestão contábil)
4.3	Unidade Gestora 130101 – Tesouro (falhas na gestão contábil)

Por sua vez, o **Parquet** especializado, por meio do Parecer nº 604/2019-G3P (fls. 237/245), converge parcialmente com as conclusões do Corpo Técnico.

Em harmonia com a Unidade Técnica, entende que as razões de justificativa da Sra. Eunice de Oliveira Ferreira Santos (fls. 79/88), do Sr. Willian Moura Dias (fls. 89/97), e do Sr. Adonias dos Reis Santiago (fls. 105/114 e anexos de fls. 115/206) podem ser consideradas parcialmente procedentes, ensejando ressalvas às contas dos responsáveis.

Quanto aos responsáveis que podem ter suas contas julgadas regulares, converge com a Unidade Instrutiva.

No tocante às falhas que devem ensejar ressalvas às contas, diverge em relação ao Corpo Técnico nos seguintes pontos:

SUBITEM	DESCRIÇÃO
1.4	Programa de trabalho com baixa execução orçamentária
1.5	Ausência de execução de programa de trabalho
3.1	Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades
3.2	Realização de despesas sem a formalização de termo contratual



Quanto ao impacto das falhas do subitem 3.2, o MPC entende que não devem repercutir nas contas em exame. Em relação às impropriedades dos demais subitens, considera que devem repercutir como ressalvas às contas em tela.

Neste contexto, em relação à divergência apresentada, o douto Parquet sugere à Corte julgar:

- **regulares com ressalvas**, a seguir relacionadas, as contas dos seguintes responsáveis

NOME	CARGO/FUNÇÃO	SUBITENS
Adonias dos Reis Santiago	Secretário de Estado	1.4, 1.5, 3.1, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 4.1, 4.2 e 4.3
Eunice de Oliveira Ferreira Santos	Subsecretária de Administração Geral	1.4, 1.5, 3.1, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 4.1, 4.2 e 4.3
Willian Moura Dias	Subsecretário de Administração Geral	1.4, 1.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 4.1, 4.2 e 4.3
Paulo Santos de Carvalho	Subsecretário do Tesouro	4.3
Francisco das Chagas Silva	Subsecretário do Tesouro	4.3

Ao examinar os autos, concordo com os pareceres convergentes, com ajustes em relação à repercussão como ressalvas de alguns subitens.

Em harmonia com os pareceres, considero que, em razão de não haver impropriedades diretamente relacionadas aos seguintes responsáveis, suas contas podem ser julgadas **regulares**:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Rejane Parente Lucas	Subsecretária de Administração Geral/Substituta	28/06 a 05/07/14
Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti	Subsecretária do Tesouro	24/06 a 14/08/14
Adão Nunes da Silva	Subsecretário do Tesouro/Substituto	23/01 a 06/02/14 06/10 a 20/10/14
Rufino José Batista	Chefe do Núcleo de Almoxarifado	01/01 a 31/12/14
Jaqueline Stefany Chaves Rezende	Chefe do Núcleo de Almoxarifado/Substituta	22/09 a 21/10/14



NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
José Roberto Leitão e Silva Júnior	Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos	01/01 a 31/12/14
Adriano Amaro Oliveira	Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/Substituto	07/07 a 26/07/14
Klemer Bezerra da Costa	Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/ Substituto	06/01 a 15/01/14

No tocante às razões de justificativa apresentadas pela Sra. Eunice de Oliveira Ferreira Santos (fls. 79/88), pelo Sr. Willian Moura Dias (fls. 89/97), e pelo Sr. Adonias dos Reis Santiago (fls. 105/114 e anexos de fls. 115/206), em convergência com os pareceres, entendo que devem ser consideradas parcialmente procedentes, tendo em conta que as repercussões das falhas de alguns subitens devem ser afastadas e outras devem ensejar ressalvas às contas em exame.

Quanto às divergências entre a Unidade Técnica e o MPC, relativas à oposição de ressalvas às contas, ressalto que correspondem aos seguintes subitens:

SUBITEM	DESCRIÇÃO
1.4	Programa de trabalho com baixa execução orçamentária
1.5	Ausência de execução de programa de trabalho
3.1	Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades
3.2	Realização de despesas sem a formalização de termo contratual

No tocante à falha do subitem 1.4 – “Programa de trabalho com baixa execução orçamentária”, o Controle Interno identificou que dos 26 (vinte e seis) Programas de Trabalho da Jurisdicionada 1 (um) Programa de Trabalho apresentou execução orçamentária inferior a 50% do total da despesa autorizada.

Considerando que muitas vezes a execução orçamentária é dificultada por restrições financeiras e por fatores externos à gestão dos responsáveis, em harmonia com a Unidade Técnica, entendo que a falha constante no subitem 1.4 não é relevante para impactar as contas em exame.



Em relação às impropriedades do subitem 1.5 – “Ausência de execução de programa de trabalho”, o Controle Interno constatou que dos 26 (vinte e seis) Programas de Trabalho da Jurisdicionada 6 (seis) Programas de Trabalho não apresentaram dotação orçamentária e 6 (seis) PTs não apresentaram execução no exercício.

Ponderando que muitas vezes a execução orçamentária é dificultada por restrições financeiras e por fatores externos à gestão dos responsáveis, conforme manifestação produzidas pelos setores da SEF, acostada pelo Sr. Adonias dos Reis Santiago (fls. 119/121), e em harmonia com a Unidade Técnica, entendo que as falhas constantes do subitem 1.5 não são relevantes para impactar as contas em exame.

No que tange às falhas do subitem 3.1 – “Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades”, no âmbito do Processo nº 040.000.888/2014, referente à contratação da empresa, no valor de R\$ 139.920,00, pela Secretaria de Estado de Fazenda do DF para realizar curso aberto de capacitação de fiscais e gestores de contrato, o Controle Interno observou que não constavam nos autos: o pronunciamento da PGDF, nos termos do Parecer nº 0726/2008-PROCAD/PGDF; as justificativas sobre a elaboração e a aprovação do projeto básico posteriores a apresentação da proposta comercial pela empresa; os critérios para avaliar a disponibilidade de tempo e interesse dos servidores para se inscreverem e frequentarem o curso, tendo em vista que alguns se inscreveram e não participaram; o termo de recebimento dos serviços; a numeração de algumas folhas do processo e a indicação de preposto da Administração para fiscalizar o contrato.

Conforme apontado pelo MPJTCDF, não havia obrigatoriedade de pronunciamento da PGDF, tendo em conta que o pronunciamento só seria necessário nos casos de cursos fechados (formatados para atender, exclusivamente, os servidores alvo da capacitação). Ademais,



registra, consoante justificativas apresentadas, que foi publicada, no DODF nº 57, de 20.03.2014, página 48, nomeação do executor do contrato e suplente, afastando a falha supracitada.

O MPC consigna ainda que, embora não tenha sido emitido, como pontuado pelo Controle Interno, termo circunstanciado de recebimento dos serviços, verificou-se existência de nota fiscal devidamente atestada, afastando a falha em questão.

Em relação as demais falhas apontadas no subitem 3.1, em harmonia com o MPJTCDF, considero que devem ensejar aposição de ressalvas às contas: ausência de numeração de algumas folhas, o envio de minuta de projeto básico (e não o original) às proponentes para apresentação de propostas, e o fato de alguns servidores terem faltado ao curso.

Quanto à impropriedade do subitem 3.2 – “Realização de despesas sem a formalização de termo contratual”, no âmbito do Processo nº 040.000.888/2014, referente à contratação da empresa, por inexigibilidade de licitação, no valor de R\$ 139.920,00, pela Secretaria de Estado de Fazenda do DF para realizar curso aberto de capacitação de fiscais e gestores de contrato, o Controle Interno verificou que não foi formalizado Termo de Contrato, em desacordo com o art. 62 da Lei nº 8.666/93³.

No caso em tela, a formalização de contrato era obrigatória, tendo em vista que a contratação ocorreu por inexigibilidade de licitação, em

³ Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

(...)

§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica. (grifei)



2014, cujo preço estava compreendido nos limites de Tomada de Preços⁴, isto é, nos valores acima de R\$ 80.000,00 e abaixo de R\$ 650.000,00 (inclusive).

Neste contexto, em harmonia com a Unidade Técnica, entendo que a impropriedade contida no subitem 3.2 deve ensejar a aposição de ressalva às contas em tela.

No que tange aos demais subitens passíveis de ensejar ressalvas às contas ora examinadas, concordo⁵ com a Unidade Técnica e o Ministério Público.

Dessa forma, entendo que as contas dos seguintes responsáveis devem ser julgadas **regulares com ressalvas**, na forma a seguir:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	SUBITENS
Adonias dos Reis Santiago	Secretário de Estado	3.1, 3.2, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 4.1, 4.2 e 4.3
Eunice de Oliveira Ferreira Santos	Subsecretária de Administração Geral	3.1, 3.2, 3.6, 3.7, 3.8, 4.1, 4.2 e 4.3
Willian Moura Dias	Subsecretário de Administração Geral	3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 4.1, 4.2 e 4.3
Paulo Santos de Carvalho	Subsecretário do Tesouro	4.3
Francisco das Chagas Silva	Subsecretário do Tesouro	4.3

⁴ Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

b) tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

c) concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

b) tomada de preços - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

c) concorrência - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais). (grifei)

⁵ Com exceção do subitem 3.9 – “Bens apreendidos: ausência de comissão inventariante”, que o CT atribui ressalva somente ao Secretário de Estado e o MPC atribui ao Secretário de Estado e aos dois Subsecretários de Administração Geral. Ao meu sentir, entendo que não deve repercutir nas contas da Subsecretaria de Administração Geral no período de 01/01 a 03/04/14, Sra. Eunice, tendo em conta que a falha ocorreu no período final do exercício.

Ressalto ainda que as falhas dos subitens 2.2 – “Glosa a menor de prejuízo causado aos cofres da Secretaria de Fazenda do DF em desacordo com Decisão do TCDF” e 3.3 – “Não atendimento de Decisão do TCDF” não influenciam o mérito desta TCA, conforme também registrado pelo Corpo Técnico, no parágrafo 4.4.3 da Informação nº 68/2017 – SECONT/1ª DICONTE (fl. 26) e pelo Ministério Público, no parágrafo 17 da Parecer nº 873/2017-DA (fl. 39).



Pelo exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

I) tome conhecimento:

- a) das razões de justificativa apresentadas pela Sra. Eunice de Oliveira Ferreira Santos (fls. 79/88), pelo Sr. Willian Moura Dias (fls. 89/97), e pelo Sr. Adonias dos Reis Santiago (fls. 105/114 e anexos de fls. 115/206), considerando-as parcialmente procedentes;
- b) da Informação nº 15/2019 – 1ª DICONT (fls. 207/236);
- c) do Parecer nº 604/2019-G3P (fls. 237/245);

II) com fulcro no art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/1994, combinado com o art. 203 do RI/TCDF, julgue **regulares** as contas da Sra. Rejane Parente Lucas (Subsecretária de Administração Geral/Substituta), da Sra. Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti (Subsecretária do Tesouro), do Sr. Adão Nunes da Silva (Subsecretário do Tesouro/Substituto), do Sr. Rufino José Batista (Chefe do Núcleo de Almoxarifado), da Sra. Jaqueline Stefany Chaves Rezende (Chefe do Núcleo de Almoxarifado/Substituta), do Sr. José Roberto Leitão e Silva Júnior (Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos), do Sr. Adriano Amaro Oliveira (Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/Substituto), e do Sr. Klemer Bezerra da Costa (Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/ Substituto);



III) com esteio no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, combinado com o art. 204 do RI/TCDF, julgue **regulares com ressalvas** as contas dos seguintes responsáveis:

- a) Sr. Adonias dos Reis Santiago (Secretário de Estado) por conta das falhas encontradas nos subitens 3.1 – “Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades”, 3.2 – “Realização de despesas sem a formalização de termo contratual”, 3.6 - “Pendências na regularização das infrações de trânsito dos veículos da carga patrimonial da SEF/DF”, 3.7 - “Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços”, 3.8 – “Falhas nos bens imóveis”, 3.9 – “Bens apreendidos: ausência de comissão inventariante”, 4.1 – “Ativo Circulante (falhas na gestão contábil)”, 4.2 - Passivo circulante (falhas na gestão contábil), 4.3 – “Unidade Gestora 130101 – Tesouro (falhas na gestão contábil)” do Relatório de Auditoria nº 66/2016 - DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do apenso - Processo nº 040.001.654/2015);
- b) Sra. Eunice de Oliveira Ferreira Santos (Subsecretária de Administração Geral) em razão das impropriedades apontadas nos subitens 3.1 – “Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades”, 3.2 – “Realização de despesas sem a formalização de termo contratual”, 3.6 - “Pendências na regularização das infrações de trânsito dos veículos da carga patrimonial da SEF/DF”, 3.7 - “Falhas na adesão à Ata de



Registro de Preços”, 3.8 – “Falhas nos bens imóveis”, 4.1 – “Ativo Circulante (falhas na gestão contábil)”, 4.2 - Passivo circulante (falhas na gestão contábil), 4.3 – “Unidade Gestora 130101 – Tesouro (falhas na gestão contábil)” do Relatório de Auditoria nº 66/2016 - DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do apenso - Processo nº 040.001.654/2015);

c) Sr. Willian Moura Dias (Subsecretário de Administração Geral) por conta das falhas encontradas nos subitens 3.6 - “Pendências na regularização das infrações de trânsito dos veículos da carga patrimonial da SEF/DF”, 3.7 - “Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços”, 3.8 – “Falhas nos bens imóveis”, 3.9 – “Bens apreendidos: ausência de comissão inventariante”, 4.1 – “Ativo Circulante (falhas na gestão contábil)”, 4.2 - Passivo circulante (falhas na gestão contábil), 4.3 – “Unidade Gestora 130101 – Tesouro (falhas na gestão contábil)” do Relatório de Auditoria nº 66/2016 - DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do apenso - Processo nº 040.001.654/2015);

d) Srs. Paulo Santos de Carvalho (Subsecretário do Tesouro) e Francisco das Chagas Silva (Subsecretário do Tesouro) em razão das impropriedades contidas no subitem 4.3 – “Unidade Gestora 130101 – Tesouro (falhas na gestão contábil)” do Relatório de Auditoria nº 66/2016 - DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do apenso - Processo nº 040.001.654/2015);



- IV) determine, com base no art. 19 da Lei Complementar nº 1/1994, aos atuais administradores da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades apontadas no item III retro, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes;
- V) considere quites com o erário distrital, em conformidade com os termos da Decisão Extraordinária Administrativa nº 50/98 e com o disposto no art. 24 da Lei Complementar nº 1/94, os responsáveis referidos nos itens II e III supramencionados em relação ao objeto desta TCA;
- VI) aprove, expeça e mande publicar os Acórdãos que ora submeto ao egrégio Plenário; e
- VII) autorize:
- a) a devolução dos apensos, Processos nºs 040.001.654/2015 e 040.001.326/2015, à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal;
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes e posterior arquivamento.

Sala das Sessões, 03 de março de 2020.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator



ACÓRDÃO Nº/2020

Ementa: Tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF. Exercício financeiro de 2014. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF nº	27.367/2015 (1 volume)		
Apensos nºs	040.001.654/2015 (4 volumes) e 040.001.326/2015 (1 volume)		
Nome/Função/Período	Rejane Parente Lucas	Subsecretária de Administração Geral/Substituta	28/06 a 05/07/14
	Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti	Subsecretária do Tesouro	24/06 a 14/08/14
	Adão Nunes da Silva	Subsecretário do Tesouro/Substituto	23/01 a 06/02/14 06/10 a 20/10/14
	Rufino José Batista	Chefe do Núcleo de Almojarifado	01/01 a 31/12/14
	Jaqueline Stefany Chaves Rezende	Chefe do Núcleo de Almojarifado/Substituta	22/09 a 21/10/14
	José Roberto Leitão e Silva Júnior	Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos	01/01 a 31/12/14
	Adriano Amaro Oliveira	Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/Substituto	07/07 a 26/07/14
	Klemer Bezerra da Costa	Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos/ Substituto	06/01 a 15/01/14
Órgão/Entidade:	Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF		
Relator:	Conselheiro Paulo Tadeu		
Unidade Técnica:	Secretaria de Contas		

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator em:

- I. com fundamento no art. 17, I, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 203 do Regimento Interno do TCDF, **julgar regulares** as contas dos responsáveis acima indicados;
- II. com fundamento no artigo 24, I, da Lei Complementar nº 1/94, dar quitação plena aos responsáveis acima nomeados.

ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária nº de

Presentes os Conselheiros:

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

e-DOC 71262A4F

Proc 27367/2015

Fls.: 299

Proc.: 27.367/15

Alexandre
Rubrica

Representante do MP presente: Procurador(a)

Presidente

Relator(a)

Fui presente:

Representante do MP

DIGITALIZADO



ACÓRDÃO Nº/2020

Ementa: Tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF. Exercício financeiro de 2014. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação aos responsáveis. Determinações de providências corretivas.

Processo TCDF nº	27.367/2015 (1 volume)		
Apensos nºs	040.001.654/2015 (4 volumes) e 040.001.326/2015 (1 volume)		
Nome/Função/Período	Adonias dos Reis Santiago	Secretário de Estado	01/01 a 31/12/14
	Eunice de Oliveira Ferreira Santos	Subsecretária de Administração Geral	01/01 a 03/04/14
	Willian Moura Dias	Subsecretário de Administração Geral	04/04 a 31/12/14
	Paulo Santos de Carvalho	Subsecretário do Tesouro	01/01 a 23/06/14
	Francisco das Chagas Silva	Subsecretário do Tesouro	15/08 a 31/12/14
Órgão/Entidade:	Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF		
Relator:	Conselheiro Paulo Tadeu		
Unidade Técnica:	Secretaria de Contas		

Itens/Impropriedades identificadas:

Relatório de Auditoria nº 66/2016/DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF (fls. 870/888 do Processo nº 040.001.654/2015):

SUBITEM	DESCRIÇÃO
3.1	Contratação de serviços por inexigibilidade de licitação sem observar as devidas formalidades
3.2	Realização de despesas sem a formalização de termo contratual
3.6	Pendências na regularização das infrações de trânsito dos veículos da carga patrimonial da SEF/DF
3.7	Falhas na adesão à Ata de Registro de Preços
3.8	Falhas nos bens imóveis
3.9	Bens apreendidos: ausência de comissão inventariante
4.1	Ativo Circulante (falhas na gestão contábil)
4.2	Passivo circulante (falhas na gestão contábil)
4.3	Unidade Gestora 130101 – Tesouro (falhas na gestão contábil)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

e-DOC 71262A4F

Proc 27367/2015

Fls.: 301

Proc.: 27.367/15

Alexandre
Rubrica

Determinações (LC/DF nº 1/94, art. 19): determinar aos atuais responsáveis da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes, na forma do art. 19 da Lei Complementar nº 1/94.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, em:

- I. com fundamento no art. 17, II, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 204, do Regimento Interno do TCDF, **julgar regulares com ressalvas** as contas dos responsáveis a seguir indicados:
 - a) Sr. **Adonias dos Reis Santiago**, pelas falhas indicadas nos subitens 3.1, 3.2, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 4.1, 4.2 e 4.3 do Relatório de Auditoria nº 66/2016/DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF;
 - b) Sra. **Eunice de Oliveira Ferreira Santos**, pelas impropriedades apontadas nos subitens 3.1, 3.2, 3.6, 3.7, 3.8, 4.1, 4.2 e 4.3 do Relatório de Auditoria nº 66/2016/DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF;
 - c) Sr. **Willian Moura Dias**, pelas falhas indicadas nos subitens 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 4.1, 4.2 e 4.3 do Relatório de Auditoria nº 66/2016/DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF;
 - d) Srs. **Paulo Santos de Carvalho** e **Francisco das Chagas Silva**, pelas impropriedades apontadas no subitem 4.3 do Relatório de Auditoria nº 66/2016/DIGOV/COAPG/SUBCI/CGDF;
- II. com fundamento no artigo 24, II, da Lei Complementar nº 1/94 e na Decisão Extraordinária Administrativa nº 50/98, considerar quites com o erário distrital os responsáveis acima nomeados.

ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária nº de

Presentes os Conselheiros:

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s)

Representante do MP presente: Procurador(a)

Presidente

Relator(a)

Fui presente:

Representante do MP